

Dívida: reafirmação incisiva da posição do País

Em um momento em que tanto são cobradas definições sobre a política econômica do governo, o discurso pronunciado, na semana passada, pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, perante o comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), vale como uma resposta. Ali está claramente especificado o que o País busca nas negociações relacionadas à dívida externa, que é colocada como o problema central a ser equacionado para permitir o desenvolvimento do País em bases sólidas.

O discurso toma como ponto de partida a falência do esquema de programas de ajustamento monitorados pelo FMI, acompanhados de acordos financeiros com os bancos internacionais, que, em essência, nada mudam quanto às condições de pagamento da dívida. Por força de uma série de circunstâncias, o Brasil assumiu a vanguarda dos países devedores, "iniciando contatos", como disse Funaro, "com base em uma proposta voltada para uma solução duradoura para o problema da dívida externa, em vez de

soluções paliativas ou provisórias aplicadas até agora".

E que nenhum crítico diga que esta proposta não chega a constituir um "plano", como se tornou moda ultimamente reivindicar. Os pontos centrais são perfeitamente definidos: redução substancial do custo da dívida; refinanciamento de parte dos juros devidos no período 1987—91; e vários mecanismos de conversão para o financiamento de projetos, com vistas a controlar o aumento da dívida e reduzir a vulnerabilidade da economia às flutuações das taxas de juro internacionais.

Pode-se objetar que o grande obstáculo para que o Brasil consiga tais condições, presumindo que os credores estejam dispostos a concedê-las, é que logo outros países endividados reivindicariam um tratamento semelhante. O governo brasileiro está consciente disso e sua ação nos organismos internacionais orienta-se justamente no sentido de abrir caminho para uma solução abrangente para a crise da dívida, da qual, aliás, depende a operacionalidade do sistema monetário internacional.

O FMI tem-se mostrado, mais recentemente, sensível a esse problema e, em seu discurso, o ministro Funaro menciona que a diretoria daquela instituição já reconhece a necessidade de diversificar as técnicas de financiamento. Mas algo novo deve ser instituído nessa área, e este está destinado a ser um ponto mais intensamente debatido nos próximos meses. Isso porque diversificar não pode significar apenas uma extensão do "rançoso método de reestruturação da dívida que tem sido aplicado até agora."

O governo brasileiro também está convencido de que esse processo não poderá ser conduzido sem uma ativa participação dos governos dos países industrializados. Até agora, os governos desses países têm-se limitado a agir a reboque dos bancos credores, mesmo quando dão a impressão de uma maior abertura. Sobre esse particular, o ministro Funaro fez uma advertência aos países integrantes do Clube de Paris, que concluíram um acordo com o País em janeiro, mas não abriram linhas oficiais de crédito para financiamento às exportações. "O

não cumprimento de tal compromisso", assinalou o ministro, "tornará muito mais difícil para o Brasil a sustentação dos níveis esperados de transferência de recursos para as agências oficiais".

Em suma, o discurso perante o comitê interino do FMI foi o mais incisivo pronunciado até agora por uma autoridade brasileira em um foro internacional, indo muito além da retórica. Esta é a linha do governo do presidente José Sarney, para o qual a transição democrática e a nova postura diante da questão do endividamento estão destinadas, ao que tudo indica, a constituir os principais marcos de seu mandato.

O que é essencial nesta hora em que surgem contestações de políticos imediatistas quanto ao papel que o ministro da Fazenda está exercendo, em nome do governo Sarney, é que o presidente reafirma enfaticamente a linha que ele próprio traçou quanto à questão externa. A partir daí, reforçada em sua posição, a equipe econômica poderá proceder aos reajustamentos internos que se impõem.